

“NÓS SEM DEUS E SEM ÁGUA NÃO É NADA”: SABERES E CONQUISTA NA CRIAÇÃO DA RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NASCENTES GERAIZEIRAS

“WITHOUT GOD AND WITHOUT WATER WE AIN'T NOTHING”: KNOWLEDGE AND CONQUEST IN CREATING THE RESERVE OF SUSTAINABLE DEVELOPMENT NASCENTES GERAIZEIRAS

Maria Lúcia de Oliveira Agostinho*
Rodrigo dos Santos Crepalde**

RESUMO: Desde o início da década de 1970, as disputas por território na região Norte de Minas Gerais cresceram em consequência do “encurralamento” das comunidades rurais, da crise hídrica e assoreamento de solos provocados pelas ocupações desordenadas dos empreendimentos da monocultura do eucalipto. Recentemente, criou-se uma unidade de conservação de uso sustentável em área de cerrado na região com o objetivo de proteger a biodiversidade e as nascentes que ainda restam. O presente trabalho procurou compreender de que modo os diversos saberes (científicos, tradicionais, religiosos, dos movimentos sociais, dentre outros) foram mobilizados, na comunidade de Água Boa II, no processo de criação da reserva de desenvolvimento sustentável Nascentes Geraizeiras. Realizou-se trabalho de campo por meio de visitas e entrevistas semiestruturadas a moradores da comunidade mencionada. As informações obtidas nos indicam que os camponeses envolvidos na luta pela criação da reserva de desenvolvimento sustentável possuem um modo próprio e singular de relacionar-se com a natureza, através de saberes que entrelaçam diferentes conhecimentos, especialmente aqueles ligados aos conceitos de território, comunidade, religiosidade e biodiversidade.

Palavras-chave: Reserva de desenvolvimento sustentável; Conhecimentos tradicionais; Saberes; Geraizeiros; Biodiversidade.

ABSTRACT: Since the beginning of the 1970's, disputes over territory in the northern region of Minas Gerais increased, as a consequence of the cornering of rural communities, of the hydric crisis and of the silting of soils caused by disordered occupations of eucalyptus monoculture enterprises. Recently, a unit of conservation for sustainable use in an area of Brazilian cerrado in the region, with the objective of protecting a biodiversity and water resources that still remain, was created. The present work sought to understand how

* Licenciatura em Educação do Campo pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Contato: m.lucia.agostinho@bol.com.br

** Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Contato: rodrigocrepalde@gmail.com

the diverse knowledge (scientific, traditional, religious, social movements, among others) were mobilized in the community of Água Boa II in the process of creating the sustainable development reserve Nascentes Geraizeiras. Fieldwork was carried out through visits and semi-structured interviews with residents of the mentioned community. The information obtained indicates that the peasants involved in the struggle to create the sustainable development reserve have a unique way of relating to nature, through knowledge that interweaves different wisdoms, especially those related to concepts of territory, community, religiosity and biodiversity.

Keywords: Sustainable development reserve; Traditional knowledge; Knowledge; Geraizeiros; Biodiversity.

INTRODUÇÃO

Este texto é resultado do esforço de pesquisa materializado em um trabalho de conclusão de curso da graduação em Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trabalhou-se com uma temática emergente para a área da Educação, Educação do Campo e Ensino de Ciências que é a relação entre saberes, dentre eles o científico, mas não somente ele, e os enfrentamentos e desafios concretos de comunidades do campo.

O violento processo de modernização conservadora no campo brasileiro empobrece e reduz o conceito de *natureza* dos povos do campo, tal como o de coisa a ser vendida como mercadoria; a terra e quem nela vive e trabalha são instrumentalizadas com a finalidade única e exclusiva do lucro; e, além disso, como se não bastasse, os saberes e modos de vida das comunidades tradicionais são esvaziados e desapropriados porque significam uma ameaça a um tipo de “desenvolvimento” que por meio do avanço científico e tecnológico traria progresso e bem-estar a todos (SILVA, 2015).

No contexto histórico e social dos povos e comunidades tradicionais do Norte de Minas Gerais, como descreve Dayrell (2012), no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 surgem movimentos e lutas de camponeses em defesa dos seus direitos como resposta à chegada dos grandes empreendimentos da monocultura do eucalipto, pastagem e mineração. O movimento sindical cresceu na região, animado pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB) e pela Comissão

Pastoral da Terra (CPT), que somavam forças criando laços de união entre comunidades para um despertar acerca das perdas de espaço, dos recursos hídricos e da biodiversidade. Era o início da retomada dos territórios com a finalidade de manterem seus vínculos com o meio, ou seja, com suas realidades e saberes que tradicionalmente vinham sendo praticados.

A maneira de pensar a sustentabilidade das comunidades tradicionais é muito diferente do que pensa o sistema desenvolvimentista que se baseia unicamente no capital e no lucro imediato. Portanto, suas reivindicações, no caso dos Geraizeiros¹ do Norte de Minas Gerais, são a busca pelo reconhecimento daquilo que já os pertencia por direito.

[...] O direito de serem reconhecidos como detentores de uma cultura própria, uma maneira diferenciada de ver e agir no mundo. Que possuem uma economia que considera outros valores que não o lucro ou a exploração do trabalho, um jeito diferente de usar e de manejar os ambientes cujo lastro é o conhecimento construído na ancestralidade. (DAYRELL, 2012).

Em termos institucionais, a definição de povos e comunidades tradicionais aparece no art. 3º do Decreto n. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007, p. 316):

art. 3º [...] I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

No caso do Brasil, podemos citar como exemplos de populações tradicionais: quilombolas, catingueiros, raizeiros, geraizeiros, veredeiros, ribeirinhos, faxinalenses, entre outros, que desempenham atividades agrícolas, pastoris, artesanais, de caça, extrativismo etc. (ARGUETA, 2015; CIMOS/MPMG,

¹ Mais adiante será desenvolvida uma seção sobre essa população tradicional.

2016).

Os povos tradicionais têm sido considerados pelo agronegócio como ignorantes, preguiçosos e atrasados ou, ainda como salienta Silva (2015), entraves para uma preservação romântica da biodiversidade. A ideologia do agronegócio e o sistemático processo de negação de direitos dos povos do campo são tão intensos que penetram e influenciam, mesmo que muitas das vezes contraditoriamente, as visões de alguns comunitários, o que constitui um dos principais entraves à sua emancipação. Como dizia Paulo Freire, alguns oprimidos acabam por hospedar o opressor.

O grande problema está em como poderão os oprimidos, que “hospedam” o opressor em si, participar da elaboração, como seres duplos, inautênticos, da pedagogia de sua libertação. Somente na medida em que se descubram hospedeiros do opressor poderão contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora. (FREIRE, 1987, p. 17).

Por vezes, infelizmente, o espaço escolar, urbano ou rural, é um dos que contribuem para que o oprimido hospede o opressor. A escola, mais especificamente a ciência escolar, que poderia ser a fonte do conhecimento interativo com a diversidade de saberes e culturas, acaba tornando-se o espaço desse esvaziamento.

As práticas oficiais de proteção tomam as populações tradicionais como um obstáculo, seus saberes são sistematicamente preteridos pelo conhecimento científico, assim como a conservação da biodiversidade vai se tornando, cada vez mais, uma tarefa exclusiva da *expertise* científica (SILVA, 2015, p. 6).

Nesse contexto deve se considerar a importante iniciativa dos movimentos sociais, organizações não governamentais, sindicatos de agricultores camponeses e instituições por uma educação que realmente dialogue com as perspectivas camponesas do acesso à terra, da demarcação dos seus territórios, envolvendo os jovens como salvaguardas dessa diversidade de saberes culturais e socioambientais. Compreende-se que através de uma educação apropriada, capaz de impor limites ao capitalismo que reproduz as suas condições de

miserabilidade, e no lugar disso gerar condições de acesso ao conhecimento, crescimento e participação na construção da história de nosso país (CARVALHO, 2011), pode-se construir um desenvolvimento que seja sustentável nos parâmetros das necessidades do povo do campo.

Graças a essas iniciativas camponesas, alcança-se a pedagogia apropriada ao meio e uma formação capaz de integrar saberes. A promoção da justiça social só será possível quando as formas de educar levem em consideração e respeitem esse ou aquele saber. Nessa direção, a educação no/do campo tem alcançado diferentes pessoas que no contexto histórico educacional sofreram de forma sutil um rompimento sociocultural. A educação do campo objetiva ser esse instrumento que dá aos camponeses autonomia para que se libertem, se encontrem e se preparem para a vida sem perder de vista o seu ser e o seu saber fazer.

A educação do campo se identifica pelos seus sujeitos: é preciso compreender que, por trás de uma indicação geográfica e de dados estatísticos isolados, está uma parte de povo brasileiro que vive neste lugar e desde as relações sociais específicas que compõem a vida no e do campo em suas diferentes identidades e em sua identidade comum; estão pessoas de diferentes idades, estão famílias, comunidades, organizações e movimentos sociais. A perspectiva da educação do campo é exatamente a de educar as pessoas que trabalham no campo, para que se encontrem, se organizem e assumam a condição de sujeitos da direção do seu destino (CALDART, 2004, p. 18).

“Quando pensamos o mundo a partir de um lugar em que não vivemos, idealizamos um mundo, vivemos um não-lugar” (FERNANDES, 2004, p.141). É o que ocorre quando a população do campo pensa o seu próprio lugar a partir do opressor. Um ensino que promove esse pensar idealizado leva ao estranhamento e silenciamento de si mesmo. O conceito de educação do campo constituiu-se e ampliou-se com base no princípio do direito de “pensar o mundo a partir do seu lugar” (FERNANDES, 2004).

Dito isso, o objetivo deste trabalho de pesquisa foi compreender de que modo os diversos saberes (científicos, tradicionais, religiosos, dos movimentos sociais, dentre outros) foram mobilizados, na comunidade de Água Boa II, no

processo de criação da reserva de desenvolvimento sustentável² Nascentes Geraizeiras. A autora principal deste texto reside na comunidade e é participante dessa luta, uma *insider* do ponto de vista da cultura. Assim, nosso texto carrega a marca forte das identidades e das experiências dos sujeitos pesquisados e também dos próprios pesquisadores, discutindo possibilidades, formas de resistência tanto materiais como simbólicas, bem como desafios em termos das aprendizagens e dos saberes que circularam e/ou foram sendo construídos durante o processo de criação da unidade de conservação (UC).

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com moradores da comunidade Água Boa II, pertencente ao município de Rio Pardo de Minas (MG). Os sujeitos entrevistados foram escolhidos por terem reconhecidas vivências relacionadas à comunidade e ao movimento social. Esses sujeitos têm envolvimento direto com o movimento Geraizeiro e nas lutas para defender o território.

A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL “NASCENTES GERAIZEIRAS” E A COMUNIDADE ÁGUA BOA II

Em diversos momentos, o Estado tem considerado as formas de usos da biodiversidade pelas comunidades tradicionais como predatória, sendo assim, qual nome se daria aos milhões de áreas destruídas para a expansão da pecuária, do agronegócio e mineração? Como se não bastassem as perdas provocadas aos nativos dessas regiões, verdadeiros donos desses territórios, o que se propõe é a criação de áreas de proteção integral, sem ao menos dialogar com as populações que por gerações vêm utilizando dessas áreas de forma respeitosa. A criação dos parques de preservação ambiental é um exemplo dessa estratégia.

Na resistência ao avanço da monocultura e em alternativa a essa visão que opõe comunidade e natureza, a saída apontada pelos comunitários, e dentre eles

² A Reserva de Desenvolvimento Sustentável é uma área natural que abriga populações tradicionais, cuja existência se baseia em sistemas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, desenvolvidos ao longo de gerações e adaptados às condições ecológicas locais e que desempenham um papel fundamental na proteção da natureza e na manutenção da diversidade biológica (BRASIL, 2011, p. 13).

os de Água Boa II, foi a proposição da criação de uma reserva de uso sustentável. Defende-se neste modelo a conservação consorciada na qual comunidade e natureza possam manter suas formas tradicionais de relação e (re)produção. Ou seja, propõe-se a busca do equilíbrio entre a exploração dos recursos naturais, a melhoria de vida das populações locais e atividades de baixo impacto ambiental que respeitem os *tempos* da natureza. Segundo Silva (2015, p. 7), “[...] a grande novidade, sem dúvida, foi a definição de unidades de uso sustentável, pois, de modo inédito, passou-se a considerar a conciliação entre os modos de vida tradicionais e a conservação da biodiversidade”.

A reserva de desenvolvimento sustentável (RDS), hoje chamada de Nascentes Geraizeiras, localizada no bioma Cerrado do Norte de Minas Gerais, estende-se por três municípios que compõem o território Alto Rio Pardo: Vargem Grande do Rio Pardo, Montezuma e Rio Pardo de Minas. Em direção ao município de Vargem Grande do Rio Pardo, está localizada a comunidade Água Boa II, tendo em seus limites as comunidades de Água Boa I, Alazão, Boa Vista, Riacho de Areia I e II, Buracão, Buracos, Água Fria, Bonito e Muquém. Atualmente, 102 famílias, cerca de 400 pessoas, residem no local.

Não há relatos mais precisos sobre a denominação *Água Boa*, mas acredita-se que a origem do seu nome se deve à boa qualidade da água e pela grande oferta de nascentes que formavam a bacia do córrego Água Boa até meados do ano de 2001. Esse córrego deságua no Rio Pardo num percurso aproximado de 30 km desde sua nascente. O nome *Água Boa II* se explica pela existência de “[...] duas associações de moradores, ao longo do rio Água Boa (Água Boa I e Água Boa II). O limite entre as duas comunidades foi definido pelos próprios moradores formando duas sub-bacias distintas” (CORREIA, 2005, p. 41).

A maioria dessa população sobrevive da agricultura de subsistência, artesanato com argila, palhas e outros tipos de extrativismo. Quase todas as famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família, mas a principal base econômica das famílias atualmente são as aposentadorias. Há um número significativo de pessoas acima de 55 anos aposentadas na comunidade. Ainda

prevalece um índice alto de migrações para outros municípios, principalmente dos homens com idade entre dezoito a cinquenta anos de idade. O destino dessas migrações são o Sul de Minas Gerais para a colheita do café e a cidade de Sacramento no Triângulo Mineiro; lá encontram-se famílias inteiras que migraram para trabalhar em fazendas, enquanto outros obtêm seu emprego na área urbana dessas cidades³.

Com as terras degradadas, a vegetação nativa suprimida, os córregos e rios assoreados e secos, os solos enfraquecidos e contaminados e as estratégias tradicionais de segurança alimentar desestruturadas, a consequência imediata foi o impacto sobre o modo de produção e de vida de agricultores do norte de Minas Gerais, que passaram a executar trabalhos temporários – boias-frias – em outras regiões. Com essa desestruturação, grande parte das famílias passou a depender da distribuição de cestas básicas, frentes de serviços, migração e aposentadorias, uma vez que com tal processo eles perderam o acesso aos recursos naturais, e foram obrigados a mudar sua forma de viver. Não seria um exagero dizer que esta população foi subjugada e desconsiderada pelas políticas públicas e pelo rolo compressor da modernização do desenvolvimento e do progresso (CARRARA, 2007, p. 15-16).

Como relata Carrara, em Água Boa II não é diferente. As maiores perdas ocorridas na comunidade diante desse cenário são a desvalorização dos saberes tradicionais, o silenciamento dos valores e das culturas dos povos do campo, a evasão escolar e o descaso em relação aos cuidados com a natureza e seus recursos. Apesar dessas dificuldades, boa parte dos moradores, principalmente as mulheres, pessoas a partir dos 50 anos e idosos, persistem e procuram alternativas para se sustentarem, tais como trabalhos com artesanato a partir da argila, da palha e do cipó; extrativismo dos frutos do cerrado; criação de animais de pequeno porte; e produção agrícola de alimentos para consumo próprio, às vezes, com seu excedente comercializado na feira do município de Rio Pardo de Minas.

Os comunitários de Água Boa II, juntamente com as organizações parceiras, decidiram então que essa seria a única alternativa que poderia salvar o

³ Dados fornecidos pela agente de saúde da comunidade.

território da degradação e invasão iminente. Assim, regada de muitas lutas, enfrentamentos, conflitos e pressão ao poder público, foi criada a reserva de desenvolvimento sustentável Nascentes Geraizeiras. O projeto se estende por três municípios, envolvendo 25 comunidades, não estando elas dentro da unidade de conservação, mas no seu entorno, área chamada de Zona de Amortecimento.

Atualmente considera-se que, se essa iniciativa não tivesse prosperado, as várias comunidades desse território atualmente estariam na dependência de água trazida por caminhões-pipa, como tem sido a rotina em algumas comunidades há mais de cinco anos, nas quais a monocultura do eucalipto chegou muito próxima de suas residências em quase todo o Norte de Minas Gerais.

A RESERVA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS GERAIZEIROS

Segundo Porto-Gonçalves (2014) *gerais* indica *terras do povo*. Eram terras tidas como comuns. Algumas delas tinham origem em heranças de parentes da comunidade, outras foram compradas ou trocadas com ou sem o título de posse; de todo modo, seu uso era comum e não havia quem reclamasse o seu uso privado ou exclusivo. São áreas altas e mais secas (chapadas e morros) e as mais baixas e que estão próximas aos rios ou córregos onde são utilizadas para o cultivo. As chapadas, que são áreas mais altas, eram utilizadas para solta do gado, coleta de frutos, lenha, madeiras para cercas e plantas medicinais. Toda a comunidade usava essas terras, nas quais não existiam nem mesmo cercas, de forma livre conforme sua capacidade e necessidade. Como escreve o autor:

No Cerrado, gerais eram as chapadas, terras que pertenciam a todo mundo. Eram áreas em que se deixava o gado solto. Ou, como dizia Guimarães Rosa, “aonde o coração permanece à larga”, ou seja, onde o coração não tem dono, está solto. É uma terra onde todo mundo poderia deixar o gado solto ou ir coletar um remédio, uma madeira; eram áreas de uso comum. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 164).

Assim se definem os *gerais*, onde os geraizeiros desenvolvem seu enorme patrimônio acumulado de conhecimentos, de dinâmicas ecológicas entre as

espécies complementares e entre as unidades da paisagem. Com base nesses conhecimentos e saberes é que há uma retomada de iniciativas em torno do agroextrativismo que vem se estruturando e ganhando força novamente (PORTO-GONÇALVES, 2014).

Além da agricultura de subsistência, os geraizeiros extraem palhas, cipós, resinas, argila, frutos e sementes para consumo próprio ou para complementar a renda. As chapadas dos cerrados (*gerais*) têm rica diversidade desses recursos naturais que beneficiam muito as famílias que ali residem. Tudo isso dá grande testemunho da boa convivência dos geraizeiros com as atividades de agricultura e extrativismo.

Nesse contexto é que foi criado o movimento geraizeiro *Guardiões do Cerrado*, protagonista da luta pela criação da reserva de desenvolvimento sustentável Nascentes Geraizeiras. Inicialmente, o movimento se chamou movimento “Pequizeirão” uma homenagem ao pequizeiro reconhecido como o maior do mundo, o que restou dos milhares que foram derrubados para fabricar carvão e para o plantio do eucalipto naquele local. Está localizado dentro da unidade de conservação, na parte pertencente ao município de Montezuma. Esse pé de pequi com sua sombra aconchegante foi e continua sendo um dos pontos de encontro das comunidades para reuniões, conferências, momentos de concentração e decisões sobre as propostas de criação e gestão da UC.

A mudança no nome do movimento deve-se à ampla demanda de outras lutas em outras comunidades e municípios mais distantes, com desafios comuns, que são a perda do direito ao território e o desaparecimento das nascentes que não se concentram apenas nesse local. Uniram povos Geraizeiros em suas reivindicações em todo Norte Mineiro. São comunidades tradicionais que com suas características diferenciadas estão envolvidas em movimentos sociais. Segundo Brito (2012, p. 3):

Os Geraizeiros são comunidades tradicionais que se constituíram no processo sócio histórico, cultural e político de formação da região norte de Minas e de reconhecimento das identidades diferenciadas que formam o povo brasileiro. O reconhecimento jurídico formal dos povos e

comunidades tradicionais é uma confluência das reivindicações de diferentes movimentos sociais materializados na constituição de 1988; em 2006 na criação da comissão de Desenvolvimento Sustentável dos povos e Comunidades Tradicionais, e em 2007 da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais – PNPCT. Experiência que tem indicado novas formas de se relacionar com o Estado, e de construir políticas.

Esse movimento tem feito grande diferença no resgate dos meios e modos de vida tradicionais desses povos, na preservação do cerrado com suas nascentes, mobilização e educação para a valorização do território, dando visibilidade ao que esses povos almejam. A prática da solidariedade que promove a qualidade de vida em todas as suas dimensões.

O Geraizeiro com o seu saber característico sobre a biodiversidade presente nas chapadas, sabe que ali é local de preservação e de cuidado. Qualquer atividade que degradar esse ambiente irá refletir negativamente em suas atividades nas baixadas e veredas nas quais estão suas moradias, quintais e lavouras. Por isso, não vê esses lugares mais altos propícios para produção agrícola e sim como uma “caixa d’água”. Lá é onde a vegetação nativa cumpre essa função de captar a água da chuva, fazer com que ela infiltre no solo, abasteça o lençol freático e brote nas veredas. São as nascentes que dão origem aos rios e córregos que abastecem as comunidades ao longo do seu percurso. Nas chapadas são encontradas várias espécies de frutos para o consumo humano e dos animais. Existem trechos que podem ser considerados pomares naturais com frutos de vários tamanhos, diferentes formatos e excelentes sabores. As comunidades geraizeiras têm esse patrimônio biodiverso que lhe fornece alimento gratuitamente e geração de renda. Do outro lado, estão as grandes empresas ou empresários que avançam para essas áreas, desmatando-as para a implantação do monocultivo do agronegócio e de maciços florestais do eucalipto que Porto-Gonçalves (2014) chama de “energívora” porque são locais de fácil manejo e pouco investimento.

Para um modelo de agricultura que eu chamo de “energívora” – ou seja, que é voraz no consumo de energia – as chapadas constituem um grande negócio. O relevo plano das chapadas resulta em economia e energia, reduz o custo de operação. Por isso essas empresas se

apropriam dessas áreas, que passam a ser privilegiadas na medida em que as novas tecnologias permitem o acesso a água. Essa apropriação das chapadas pelo agribusiness separa as duas unidades da paisagem (os gerais e as veredas) ambientes manejados pelos povos do cerrado. Cerca-se as chapadas e avança-se com a soja, o algodão e com demais monoculturas para a exportação e isola-se as comunidades nas veredas. Nesse contexto as populações tradicionais cumprem um importante papel político de denunciar e reivindicar a proteção dessas áreas contra os males do desenvolvimento que implicam na perda de solos, da biodiversidade e da água, sem falar nas perdas culturais associadas. (PORTO-GONÇALVES, 2014, p. 165).

Esse modelo de exploração trouxe um enorme retrocesso para a liberdade e a reprodução das populações tradicionais Geraizeiras. Não bastasse a crise hídrica, animais que existiam nesses espaços estão desaparecendo em função da perda de oferta de alimentos que era abundante na vegetação nativa do Cerrado e acabam atacando as pequenas lavouras, o que torna a produção inviável. Muitos agricultores já não conseguem colher milho, arroz e hortaliças em função do ataque de aves e animais silvestres.



Figura 1: bandeira do Movimento Geraizeiro Guardiã do Cerrado.

METODOLOGIA

Construímos condições nas quais os sujeitos, pesquisador e pesquisados, relataram seus conhecimentos e suas realidades, participando “da produção desse conhecimento e tomando posse dele” (BRANDÃO, 1982, p. 11).

Para realizar a organização e o planejamento do trabalho de campo a fim de obter resultados satisfatórios, buscamos inspiração na obra *Pesquisa participante*, de Carlos Rodrigues Brandão (1982). Foi a partir desse referencial que conseguimos assegurar o passo a passo para uma abordagem respeitosa aos sujeitos colaboradores da pesquisa. Mesmo fazendo uma abordagem com pessoas da mesma comunidade da autora principal e com as quais se convive e conhece bem, sem as orientações desse instrumento, talvez o encontro, as falas e os resultados não teriam bom êxito. Formulamos perguntas procurando não diversificar demais os temas porque o interesse era extrair a essência desses saberes e vivências comunitárias que têm sido um grande referencial e modelo para outras conquistas de comunidades que vivem os mesmos problemas. A escolha teve que ser minuciosa porque nem todos os sujeitos estão aptos ou se dispõem a se manifestar sobre esse ou qualquer assunto na comunidade, em vista das controvérsias que existem. Após a escolha dos sujeitos que tinham disponibilidade e facilidade em dialogar, foi marcado o dia das visitas. Não foi possível atingir todas as metas esperadas no tempo previsto e no mesmo dia. Houve necessidade de retorno em outros momentos em que o entrevistado demonstrou mais disponibilidade, uma forma de respeitar o tempo do sujeito, fortalecer e alinhar as informações. Afinal, são eles parte importante da construção do trabalho, como também colaboradores nesse aprendizado onde os diferentes saberes e conhecimentos de ambos, entrevistador e entrevistado, se robustecem. “Quanto mais investigo o pensar do povo com ele, tanto mais nos educamos juntos” (FREIRE, 1987, p. 58). Para Brandão (1982), assim se constrói o processo educativo que pode viabilizar direcionamentos e produzir mecanismos capazes de resolver problemas preocupantes na vida do grupo ou comunidade com que se trabalha.

No primeiro momento foi realizada avaliação prévia de quais pessoas teriam perfil e características capazes de dialogar bem com os objetivos da pesquisa como já foi mencionado. Para isso era necessário que os sujeitos a serem entrevistados fossem moradores da comunidade e tivessem algum

envolvimento direto com as realidades da comunidade Água Boa II. Exemplo: relações comunitárias, participação na luta na defesa do território e vivência direta com o extrativismo e a biodiversidade local. Foram escolhidos quatro sujeitos, dentre os quais a autora principal, que já possuía relação de confiança com a comunidade porque ali conviveu em momentos diversos tais como trabalho, lutas, religiosidade e movimentos da comunidade.

As entrevistas foram acompanhadas de gravações de áudio e anotações de acordo com a permissão e a compreensão de cada um. Vale ressaltar que para preservar a confidencialidade dos sujeitos entrevistados optou-se pela utilização de nomes fictícios.

DAS INFORMAÇÕES OBTIDAS: “NÓS SEM DEUS E SEM ÁGUA NÃO É NADA”

Nesta seção passaremos à discussão das informações obtidas por meio de nossas entrevistas. Optamos pela exposição das transcrições de apenas uma de nossas entrevistas porque preferimos a compreensão do sujeito e suas posições na integralidade dos seus enunciados a elencar um apanhado de recortes de orações que não traduziriam os sentidos compartilhados e produzidos durante as interações.

Como já mencionado, a pesquisadora que realizou as entrevistas não é uma “estrangeira” interrogando os moradores, mas sim uma pessoa de “dentro”. Por isso, como pessoa de “dentro”, os comentários que realizamos aqui não se restringem ao que foi dito no sentido literal, mas eles têm o objetivo de contextualizar e “costurar” os sentidos do que foi enunciado.

Elena, 53 anos, viúva, mãe de 10 filhos, agricultora, extrativista, nasceu e cresceu na comunidade de Água Boa II. Nunca saiu da comunidade para morar em outro lugar. Tudo o que mais quer é continuar vivendo na comunidade, próxima dos seus filhos. Desde sua infância extrai os frutos do cerrado no território. Sempre coletou pequi, mangaba, araticum, rufão, gabioba, murici, cajuzinho e outros. Tanto para alimentação como para a venda na feira livre da

cidade de Rio Pardo de Minas. Tem pelo cerrado um grande reconhecimento por tudo que ele representa: sua diversidade de alimentos e complemento da renda familiar. Tem consciência de que a oferta de água que brota nas veredas e jorra para todos gratuitamente tem como grande contribuinte a vegetação nativa. Por isso, não mediu esforços de lançar-se à luta, defendendo o território porque sabe que ali foi sua base de sustentação na criação dos dez filhos. Sua maior preocupação era perder essa riqueza e principalmente a água para pessoas que vinham de fora, que não veem isso como um meio de sustentabilidade coletiva e querem usufruir de forma egoísta com projetos particulares e destrutivos.

Iniciamos a entrevista com uma questão que tinha como objetivo compreender as relações desses moradores com o território, sua convivência com a diversidade do cerrado, o que os leva a lutar tanto por ele e também como são vistas as atitudes dos que agem de forma contrária.

Pesquisadora: Como a senhora analisa as relações da comunidade com o cerrado e o seu território?

Elena: Um quarto da metade protege e luta para defender. Os que vêm de fora, vêm para perturbar a gente. E tem gente do lugar que ajuda quem destrói.

Nem todos reconhecem e valorizam as riquezas do cerrado, talvez da maneira como ela pensa e faz. Às vezes a maioria tem atitudes opostas; e Elena faz uma referência mais direta a pessoas que vêm de fora, porque estas sempre provocam maiores danos. Elas têm maior poder aquisitivo e não se preocupam com as consequências de suas ações, visto que não moram no local. Só vêm para executar suas atividades ou colocam moradores da comunidade para gerenciar os trabalhos: essas têm sido as estratégias utilizadas pelos grileiros de terras para provocar divisões e desmobilização entre os comunitários. Por isso a afirmação: “E tem gente que ainda ajuda quem destrói”.

Pesquisadora: Qual a avaliação a senhora faz em relação à chegada dos empreendimentos do eucalipto na região?

Elena: É ruim. Principalmente porque não sabemos o que vai acontecer com a vida da gente. Acaba tudo, nem gera emprego, só lá fora. É só trupelo pra gente. Hoje, a gente dorme é preocupada com o que tá em roda da gente.

Nessa questão, pensamos em como o sujeito manifesta e cultiva seus valores tradicionais. Para quem vive em um determinado território no qual muitas vezes as empresas, ao chegarem, enganam os comunitários com propostas de desenvolvimento, empregos etc., o que é considerado mais importante para quem vive e utiliza esse espaço?

Ao dizer “é ruim”, entendemos que a entrevistada indica que, para um morador de um determinado lugar, dependendo de sua relação e convivência com o mesmo, ele já tem definido o que lhe é mais importante, mesmo que tenha outras necessidades que o afligem, como a falta do dinheiro, por exemplo. Muito diferente dos que se vendem por qualquer ilusão e não enxergam as consequências do que pode vir depois. Elena deixou claro que, diante de tais propostas, vale a pena refletir sobre o futuro. Pode ser que os fatos e realidades de outras comunidades vizinhas tenham despertado essa maneira de pensar e agir também. Quando diz, no linguajar geraizeiro, “é só trupelo”, entendemos que estava referindo-se ao desconforto que trazem os empreendimentos quando vão destruindo os recursos naturais, fonte de vida para ela e sua família. Em outras palavras: roubam a paz, atropelam e violam direitos.

Pesquisadora: Qual a concepção a senhora tem da palavra *desenvolvimento*, no geral?

Elena: A gente fica em dúvidas, porque a empresa fala que é bom e às vezes nem é.

Formulamos essa pergunta por dois motivos importantes para se refletir. O desenvolvimento prometido pelas empresas que destroem o cerrado para dar lugar ao eucalipto, que vai beneficiar apenas uma pessoa ou uma empresa, deixando para trás um rastro de devastação desolador; e a luta que ela travou para que o território se transformasse numa unidade de conservação de

desenvolvimento sustentável.

Em poucas palavras, Elena questiona quando a empresa chega com sua proposta de “desenvolvimento”: isso porque não se sabe para quê e nem para quem esse desenvolvimento realmente acontece. Os resultados foram o encurralamento das famílias, o assoreamento do solo e das nascentes, a privatização das áreas de uso comum, a extinção de animais e uma infinidade de desequilíbrios no ambiente. Por isso, relata: “Fala que é bom, às vezes nem é”. Este “às vezes nem é” tem sentido óbvio. As consequências negativas são visíveis.

Pesquisadora: E o desenvolvimento sustentável, como a senhora entende?

Elena: Não excluir ninguém. O que tem na região é de todos. O ponto é querer e ir lá pegar. Tem gente que não aproveita o que tem, mas vão criticar os outros que querem aproveitar.

Agora, a intenção era compreender o contraste entre relacionamento feito entre desenvolvimento-empresa e desenvolvimento-reserva (sustentável). De um lado, o adjetivo *sustentável*, corriqueiramente usado como jargão que prega preservação dos recursos naturais a fim de garantir o “desenvolvimento” de gerações futuras, cria uma separação artificial entre comunidade e natureza. No entanto, de outro lado, o saber camponês, integrador, holístico, resultado da profunda observação da natureza, compõe o sentido de *sustentável* com alteridade. O camponês evoca a sustentabilidade que se define na prática do bem comum. “Não excluir ninguém”. O que tem “é de todos”: muito diferente desse sistema capitalista que tem criado um bloqueio na forma de pensar e de enxergar o mundo.

Pesquisadora: Em relação aos gerais e os geraizeiros, a senhora se considera uma geraizeira? Por quê?

Elena: Graças a Deus. Sou geraizeira desde menina que pegava fruta no Areião e trazia na cabeça. Que nasci aqui, sou geraizeira. Nasci aqui na roça. Não gosto de tá indo na cidade. Vou porque tem que ir por causa da menina, porque ela tem problema, aí tem que tá indo.

Pesquisadora: O que diferencia um geraizeiro de uma pessoa comum?

Elena: A pessoa que é geraizeiro, ele vive aquela luta. Ele entra e sai em qualquer lugar, é educado e vive do que faz. Não exclui, não tem muita coisa, mas vive lutando do seu suor. Os que não é geraizeiro, tem uns que exclui os outros. Basta ver nos tempos de política que eles vêm atrás da gente, depois eles só querem mais pra eles.

Na comunidade, fala-se muito sobre geraizeiros. Uma inquietação nossa era saber como eles se posicionavam em relação a isso, pois é comum, em comunidades tradicionais, muitas pessoas não se aceitam e não assumem suas identidades por conta de no passado terem sido humilhados. Com os geraizeiros ouvem-se também esses comentários em que eles eram muito desprezados pelos caatingueiros (povos que moram no bioma caatinga) porque os geraizeiros saíam do bioma cerrado e iam trabalhar nas lavouras de algodão nas caatingas. Eram chamados de geraizeiros “cacunda de librina”⁴. No cerrado tinha librina (neblina) e na caatinga, não.

A tradicionalidade geraizeira é viver do seu trabalho e do que se tem. Suas preocupações não são com o capital. Sua única preocupação é sobre perder seus espaços, suas culturas. Elena faz uma referência ao descaso dos políticos que muitas vezes aproveitam dessa simplicidade para tirar proveito em épocas de eleições. Depois que são eleitos não correspondem às suas obrigações, que são o respeito aos direitos dos menos favorecidos. No caso de Água Boa II, são os políticos (prefeitos) da cidade de Rio Pardo de Minas que têm desrespeitado os moradores dessa comunidade, comprando áreas no território para implantar suas atividades de interesses pessoais e oprimindo os que são verdadeiros donos desses espaços. Elena diz: “Depois só quer mais pra eles”. Esses relatos demonstram tudo que vivenciou durante os confrontos a que se submeteu, quando o ex-prefeito comprou uma área de nascente na comunidade e queria a água só para ele, além de privá-los do acesso livre ao território e das práticas de extrativismo que são centenárias.

⁴ Para saber mais, ver documentário “Cacunda de Librina”, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=y64AtpevK-k>>.

Pesquisadora: A senhora participou da luta pela criação da RDS [reserva de desenvolvimento sustentável]?

Elena: Sim. E foi muitas vezes. Até no fórum tive que ir responder processo. Nós foi os mais que sofreu.

A criação da Unidade de Conservação deve-se a muitos enfrentamentos feitos pelos moradores da comunidade, conscientes ou inconscientes de no que iria culminar. Fizemos essa pergunta porque, mesmo sabendo que Elena havia participado do movimento, às vezes eles não se veem como parte dessa grande conquista. Queríamos ouvir ela mesma falando dessa participação e do sentimento que tem por ter chegado à meta. Elena se expressa assim porque estava presente em todos os momentos, inclusive os mais difíceis. Quando diz: “nós foi os que mais sofreu”, aqui ela está incluindo a autora principal em sua fala.

Pesquisadora: Descreva um pouco dessa experiência.

Elena: Ficava estressada. Não sabia se cuidava da luta da água ou da cozinha ou dos filhos. Quando o empresário subia eu não sabia o que fazia. Nós não queríamos viver nessa situação. A gente fez essa luta toda com os que ajudava, e na hora a gente achava que saía só, com medo, e aí unia aos poucos que tinha. Pedia a Deus que desse inspiração pra gente. Não tinha nada pra falar e Deus inspirava a gente e quanto mais falava mais tinha vontade.

Aqui, Elena relata um pouco sobre os confrontos que aconteceram por mais de um ano a partir da ocupação da “área do ex-prefeito”. A comunidade ia lá e impedia as atividades dele porque aquele era lugar de proteção permanente e estava dentro do perímetro demandado para a reserva, mas o prefeito não abria mão. Trazia policiais para intimidar o grupo. Elena vai traduzindo esse vai-e-vem. A autora principal esperava que ela relatasse um pouco mais como era essa mobilização e os encontros:

Pesquisadora: A senhora pode citar alguma coisa que a encorajou a avançar e a perseverar na luta?

Elena: Era a força de não ver a água acabar e a fé em Deus. Nós sem Deus e sem água não é nada. Sem Deus podia acontecer morte e não aconteceu.

Pesquisadora: A senhora considera que a fé e a oração foram suportes também para sustentar a luta?

Elena: Sim. Eu ia rezando e pedindo direto. Quando eu não ia, eu pedia pros outros. Eu pedia pra todos, não só pra mim.

Por serem pessoas muito simples, sem escolarização, com pouco conhecimento sobre seus direitos, era de admirar como eles permaneciam lutando sem desanimar. Não tinham medo de encarar uma pessoa que é considerada muito poderosa na região; por isso questionamos, para averiguar de onde eles tiravam tanta força.

Água Boa II é uma comunidade na qual as pessoas são muito fervorosas na fé. Por isso era preciso entender se essa vivência religiosa também serviu de alguma motivação e força. Diante de tantos embates, confrontos e perseguições que se passaram durante os vários anos, em se comparando com outras histórias semelhantes nas quais pessoas foram assassinadas ou violentadas, nessa comunidade há essa convicção de que uma força além das suas os encorajava e os defendia. Primeiro, o impulso provocado pela perda das nascentes; segundo, a força da fé que a conduzia.

Aqui, a espiritualidade, não confundida com a defesa de uma religião e suas instituições em especial, funde-se, por assim dizer, com a luta contra esgotamento da água e em defesa da vida. Esse monismo é característico dos saberes tradicionais para os quais as dimensões ou realidades espiritual, material e/ou física são inseparáveis e são interdependentes. Trata-se, portanto, de uma fé ativa e não contemplativa que impulsiona e justifica a ação que, junto com o conhecimento, integra a visão de mundo dos sujeitos.

Pesquisadora: Quais foram os piores desafios enfrentados nessa luta?

Elena: Foi os dias que o empresário trazia as polícias e falava que nós éramos mal informados. E o processo de ir no fórum. Pegar o nome da gente no setor do Bolsa Família? Na hora que tivemos em frente o juiz, o empresário mentindo e a gente sem poder fazer nada.

Realmente, para uma camponesa humilde passar por tudo isso é muito

constrangedor. Mas Elena é uma mulher de fibra. Era de se estranhar muito passar por um processo judicial sem precedentes. Eram muitas pessoas juntas, por que processaram ela? Mesmo assim ela continuou firme; com certeza, sua consciência não a acusava. Às vezes os geraizeiros não são conhecedores dos direitos, mas são motivados pela razão. Nesse sentido pode se caracterizar que *território* é muito mais que um espaço, um lugar. Território é história, é cultura, é identidade, é vida. Retirar esse direito de uma pessoa que sabe valorizar e conviver com tudo isso significa comprometer e arrancar-lhe o próprio direito de viver.

Pesquisadora: A senhora considera que o conhecimento sobre a diversidade, a riqueza do cerrado, colabora e incentiva a sua proteção?

Elena: Se eles conhecessem, eles não destruíam. Por exemplo: se uma pessoa vai matar o outro, se ele pensasse na dor da morte, ele não fazia isso. Assim é a natureza.

Elena vai direto ao ponto. “Se eles conhecessem, eles não destruíam”. Em seguida, fez uma comparação muito interessante. Distante de uma posição racional típica do pensamento científico e tecnológico, a analogia para a tomada de consciência, isto é, do *conhecer*, evoca um sentimento, a dor. O saber tradicional constitui-se *dentro* da própria coisa objeto do conhecimento, isto é, não é pela via exclusiva do esclarecimento, investigando *de fora*, que me dou conta de um problema, mas sim por um *experimental*, no sentido forte da palavra, que consigo *conhecer*.

Assim como temos vida e essa vida é um ciclo, também é a natureza. Pode-se ir mais além com essa relação que Elena faz: a natureza não depende do ser humano para existir; o ser humano é que depende dela para viver. Só o fato de uma árvore demorar tanto tempo para crescer e tanto para morrer, muito mais que o tempo de vida de um ser humano, deixa claro que esses recursos pertencem a outros (no plural). Outros virão e continuarão usufruindo dos seus benefícios. Essa é a reflexão de que os grandes empreendimentos que destroem e a classe consumista não querem saber. Nesse contexto, uma educação de

qualidade, apontando para a base dos problemas, faria uma grande diferença.

Pesquisadora: Como a senhora avalia a conquista da criação da RDS Nascentes Geraizeiras?

Elena: Que vai melhorar para nós. Piorá ficou pra trás. Tem paz, hoje a preocupação é com outros roubos e não com o território.

A unidade de conservação foi criada; agora, procuramos saber de suas expectativas, pois essa realidade da reserva é muito recente, e o momento ainda é um pouco comemorativo. Interessante que é uma boa avaliação: “piorá ficou pra trás”. Entendemos que Elena imagina que não vai ter mais problemas com ocupações irregulares no território, e indica que podem acontecer outros roubos, não mais de terras. A unidade de conservação trouxe essa segurança para ela.

Pesquisadora: No momento, o que está sendo realizado para o desenvolvimento desse projeto?

Elena: Alívio. Estamos seguros porque tem gente tomando conta. Não estamos sozinhos na luta. Não tá mais na correria que era. Depois que Mauro chegou, ficou bom. Já não é nós que tem que ir ver o que está acontecendo.

Questionamos Elena sobre os possíveis passos que estão sendo dados após o decreto da unidade de conservação. O interesse era o de saber se algo de novo já apontava horizontes para o desenvolvimento da comunidade. Se ela tem notado algum movimento. A resposta foi a confirmação de que está tranquila agora. Fez uma referência ao gestor da RDS que atua na área da UC. Qualquer ameaça ao território já pode ser comunicada a um agente institucional mais próximo da comunidade. Entendo que esse era o desejo de todos que lutavam na comunidade: ter alguém com reconhecimento do Estado e competência para evitar os abusos de poderosos. A palavra *alívio* nos remete a refletir sobre o que significa se livrar de uma dor muito forte. A criação da unidade de conservação foi gestada durante 12 anos, sendo que os dois anos finais foram como um trabalho de parto, os piores momentos até que essa criança nascesse: Reserva de Desenvolvimento Sustentável Nascentes Geraizeiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades tradicionais geraizeiras carregam uma diversidade cultural e religiosa que não difere muito de outras etnias e povos com seus saberes e crenças. Suas práticas centenárias de produção e relação com a biodiversidade local têm fomentado de forma significativa estratégias para manterem seus meios e modos de vida locais e assim vão assegurando sua permanência no campo (BRITO, 2012). Enquanto o poder público não tem demonstrado interesse em apresentar instrumentos capazes de construir a sustentabilidade no campo de forma menos desigual e que atenda às demandas básicas para sua soberania, esses camponeses se organizam, se juntam, buscam forças através de suas crenças e organizações e vão tentando garantir seus espaços.

Entre o conhecimento tradicional e o conhecimento formal (científico) oferecido nas escolas, há contradições acentuadas porque os métodos e metodologias utilizados não condizem com as realidades locais e territoriais desses povos.

Outra questão nessa convenção é que esses povos devem ser previamente consultados em relação a qualquer medida que os afete direta ou indiretamente, consulta essa que proporcione, aos comunitários, liberdade para decidirem o que é ou não é importante para eles. No caso das grades curriculares do sistema educacional vigente, não há essa flexibilidade para oportunizar interação entre os diversos saberes, e ainda prevalece a cultura de que na escola se aprende. Se não há troca, há sobreposição. Nesse caso, os prejuízos são notados ao se observar o meio rural sendo esvaziado, e a urbanização cada vez mais extensa, sobre o que a educação do/no campo tem conseguido fazer, que é uma reversão muito positiva.

Então, qual saber ou conhecimento responderia de forma concreta sobre território e biodiversidade? Há divergências em torno dos saberes tradicionais e científicos quando se tratam das questões de proteção da sociobiodiversidade, porque, muitas vezes, não é o conhecimento *adquirido*, mas o *praticado* que reconhece na natureza e na biodiversidade uma aliada. Daí surge o sujeito

defensor desse mundo cheio de vida. Os saberes dos povos tradicionais não perdem de vista a importância de cada ecossistema, ainda que a biodiversidade lhes pareça um mundo cheio de mistérios. Para eles não é tão importante desvendar todos os seus recursos, mas manter essa relação de forma equilibrada e com sustentabilidade.

A despeito do desafio que se coloca ao reconhecimento da legitimidade e do status científico dos saberes populares, e da necessidade de pesquisas científicas que confirmem sua fecundidade, dispomos de um vasto e qualificado arcabouço teórico que nos permite formular a hipótese de que a cooperação entre os saberes tradicionais e o conhecimento científico pode comunicar caminhos alternativos a uma conservação da biodiversidade afinada com valores para além dos interesses de mercado. Isso em nada se compara a certo maniqueísmo vulgar que tende a antagonizar a ciência e os saberes da tradição (SILVA, 2015, p. 253).

As iniciativas desafiadoras dos sujeitos pesquisados, suas histórias e disposições, trazem importantes reflexões acerca do que a natureza representa para a manutenção da vida humana. A morte da natureza representa a morte do ser humano, ou seja, a natureza tem a capacidade de sobressair sem a presença humana e o ser humano não teria saída se ela faltar a ele. Essa relação harmoniosa entre grupos humanos e natureza só é possível por intermédio dos conhecimentos e das tecnologias tradicionais que, em grande medida, têm assegurado a conservação da biodiversidade nos territórios que tradicionalmente ocupam.

À medida em que dialogamos com nossos colaboradores da pesquisa, ficou bem evidente que as iniciativas e decisões tomadas por esses comunitários não estão dissociadas dos conceitos de fé, crenças, território e biodiversidade. Tudo vai ganhando consistência a partir daquilo em que eles acreditam. Quando uma das entrevistadas disse “nós sem Deus e sem água não é nada”, ao se colocar como guardiã da biodiversidade no território, logo se percebe que isso vai para além da busca pelo direito à terra ou porque pertencem àquele lugar. Existem outros valores agregados que convergem e potencializam suas demandas, como

a forte conexão de que as riquezas naturais que existem são obras de um criador, e que o ser humano é um ser muito impotente diante de tudo isso. Uma vez que destrói o que foi criado, ele não tem a capacidade de refazer nem mesmo aquilo que lhe provoca insegurança. Por isso, acreditam que essa mesma força sobrenatural que criou e sustenta a biodiversidade é a força que lhes dá sabedoria e os defende nos momentos em que se lançam aos desafios mais intensos. Ao que afirma a entrevistada Elena: “Se não fosse a fé em Deus poderia ter acontecido morte e não aconteceu”; “Eu ia rezando pelo caminho [...] rezava pra mim e pelos outros”. Assim, conseguiram tomar atitudes heroicas que têm se tornando referenciais importantes e direcionado outras iniciativas e movimentos, trazendo soluções para os problemas mais complexos nos espaços onde estão inseridos.

De certa forma, os camponeses dessa comunidade, como os de tantas outras comunidades tradicionais, têm se posicionado estrategicamente, juntando todas essas forças sem abrir mão do saber que oportunamente vão adquirindo e utilizando como contraponto a outros sistemas de conhecimentos que produzem opressores e oprimidos, como já orientava Freire (1987).

Outra questão relevante a ser considerada nos resultados é que essa comunidade tem um diferencial na maneira de se movimentar. Todos os moradores dizem ter fé e participam dos eventos religiosos da igreja local, mas nem todos têm a mesma confiança para se lançarem aos desafios. Nem por isso esse grupo, que soma menos da metade da população, ficou parado esperando até que todos reagissem.

Ao conseguir assegurar o território que hoje se tornou uma área protegida por lei e que pode garantir, no mínimo, o equilíbrio biológico e social no local, é possível desenvolver uma retomada também de tantos outros valores sociais e culturais que foram sendo suprimidos durante as mudanças ocorridas ao longo dessa trajetória.

Muitas coisas marcaram o quanto ganhamos quando oportunidades como essas nos fazem olhar, aproximar, conhecer, mergulhar na questão e sentir

fortemente que esse entrelaçado de saberes tem um grande poder de transformação. Como escreve Freire (1987), é uma maneira de preparar cidadãos revolucionários que não fiquem estáticos diante das opressões sofridas. Oxalá o latifúndio do saber desse lugar e esse artesanato (da troca de saberes), onde as peças são trocadas entre alunos e professores para serem apreciadas e reconhecidas, e só depois os arranjos fossem definitivamente construídos.

REFERÊNCIAS

ARGUETA, A. Os saberes e as práticas tradicionais: conceitos e propostas para a construção de um campo transdisciplinar. In: UDRY, C.; EIDT, J. Simoni (Ed.). **Conhecimento tradicional: conceitos e marco legal**. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

BRANDÃO, Carlos C. Rodrigues. **Pesquisa participante**. Brasília: Editora Brasiliense, 1982.

BRASIL. **Decreto Lei nº 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 09 mar. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **EJA Saberes da Terra**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/18727-eja-saberes-da-terra>>. Acesso em 09 abr. 2017.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **SNUC: Sistema Nacional de Unidades de Conservação**. Brasília: MMA, 2011.

BRITO, Isabel I. Cristina. A Rede Movimento Social dos Geraizeiros do Norte de Minas. VI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPA). **Anais...** Belém (PA): ANPPA, 2012.

CALDART, Roseli R. Salete. Elementos para Construção do Projeto Político e Pedagógico da educação do campo. In: MOLINA, Mônica M. Castagna C.; JESUS, Sônia S. Meire M. Santos S. Azevedo A. de Jesus (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo**. Brasília: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2004.

CARRARA, Álvaro Alves. **Reconversão Agroextrativista: perspectiva e possibilidades para o norte de Minas Gerais**. 2007. Dissertação (Centro de Desenvolvimento Sustentável) Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

CARVALHO, M. S. **Realidade da Educação do Campo e os desafios para a formação de professores da educação básica na perspectiva dos movimentos sociais**. 2011. Tese (Doutorado em Educação) – Salvador (BA): Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador. UFBA (Tese), 2011.

CORREIA, J. R. **Relações entre o conhecimento de agricultores e de pedólogos sobre solos**. 2005. Tese (Doutorado em Agronomia) – Seropédica: Faculdade de Agronomia e Ciência do Solo, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro/UFRRJ (Tese), 2005.

DAYRELL, C. A. **Rebeldia Nos Sertões. Articulação Nacional de Agroecologia**, Rio de Janeiro, 07 mai. 2012. Disponível em: <<http://www.agroecologia.org.br/2012/05/07/rebeldia-nos-sertoos-por-carlos-alberto-dayrel>>. Acesso em: 09 mar. 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel González; CALDART, Roseli Salet; MOLINA, Mônica Castagna (Org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

IBGE (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Cidades**: Rio Pardo de Minas (MG). Brasília, 2010. Disponível em: <[http://cidades.<<<ibge.gov.br/painel/historico.php?http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=315560codmun=315560](http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=315560codmun=315560)>>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

ISA (INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL). **Unidades de Conservação no Brasil**: categorias de UC's. Folheto *online*, sem data. Disponível em: <<https://uc.socioambiental.org/o-snuc/categorias-de-ucs>>. Acesso em: 09 abr. 2017.

Minas Gerais. CIMOS/MPMG (Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais - Ministério Público de Minas Gerais). **Direitos dos povos e das comunidades tradicionais**, Belo Horizonte, 2016. Disponível em: <https://caa.org.br/media/publicacoes/PUBLICACAO_ESPECIAL_DIREITOS_DOS_POVOS_E_COMUNIDADES_TRADICIONAIS_oibAP6o.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Descolonizar o pensamento, condição para a sustentabilidade: diálogo com Carlos Walter Porto-Gonçalves (entrevista). Brasília: **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 164, set./dez. 2014.

SILVA, Ana Tereza Reis da. A conservação da biodiversidade entre os saberes da tradição e a ciência. **Estud. Av.**, São Paulo, v. 29, n. 83, p. 233-259, abr. 2015.

Recebido em: 24/03/2018

Aprovado em: 14/07/2018